

**Queda de impostos deve favorecer empresas e classe média americana, acentua presidente. E pode gerar guerra fiscal global**

A reforma tributária foi o ponto central destacado no discurso anual de prestação de contas do presidente dos EUA, Donald Trump, ao Congresso americano. Em seu segundo ano de governo, ele disse que o país viverá um “novo momento”, porque o corte de impostos, proposto por Trump e votado pelo Congresso em dezembro de 2017, “vai proporcionar enorme alívio para a classe média e as pequenas empresas”.

Além de destacar as medidas de desregulamentação, que acabaram com as restrições para geração de energia, um dos “entraves” ao crescimento, segundo ele, Trump afirmou que todas as mudanças na condução econômica e desregulamentação levaram o país a uma nova fase. “Nunca houve melhor momento para começar a viver o sonho americano”, disse ele, acrescentando que o país gerou 2,4 milhões de novos empregos em 2017, com salários melhores.

Dois assuntos vão dominar a agenda presidencial neste ano: imigração e infraestrutura. “Estou pedindo que ambas as partes se reúnam para dar a infraestrutura segura, rápida, confiável e moderna às necessidades da economia que nosso povo merece”. Sobre mudanças na imigração, ele pede ao Congresso a aprovação de US\$ 25 bilhões para a segurança nas fronteiras, em referência ao muro fronteiriço com o México. Além disso, ele quer limitar a base familiar “cadeia”, restringindo benefícios de dependentes de visto de residência para cônjuges e filhos menores, reafirmando que pretende valorizar a imigração por mérito.

A reforma tributária dos EUA é vista com preocupação em todo mundo, dado o risco de gerar uma guerra fiscal global. O Brasil é apontado como um dos países que poderão ter investimentos externos futuros reduzidos nesse cenário que tornará economias maduras mais competitivas no plano fiscal, incluindo-se aí Reino Unido e Japão.

Em fevereiro, a alíquota de imposto sobre lucros das empresas nos EUA recuará de 35% para 21%, muito abaixo das economias mais importantes do planeta, como Alemanha (30,2%). O Brasil cobra 34% e, diante da crise fiscal, não deverá poder ser muito competitivo.

**Fonte:** [CNseg](#), em 31.01.2018.